



**v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30,
perspectivas e desafios**

**GOVERNANÇA AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO BAIANO: REDES
INTERSETORIAIS, SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS ESTRUTURAIS**

Francesco Bonelli

Instituto Federal da Bahia, campus Feira de Santana
francesco.bonelli@ifba.edu.br

Mateus Santos da Silva

Instituto Federal da Bahia, campus Feira de Santana
mateuspele2015@gmail.com

Pedro Henrique Silva Bastos

Instituto Federal da Bahia, campus Feira de Santana
pedro00henrique0012@gmail.com

RESUMO: Este artigo investiga os arranjos de governança policêntrica voltados à gestão ambiental do Semiárido da Bahia, com ênfase na Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e no Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga da Bahia (CERBCAAT-BA). Por meio de análise documental e entrevistas em profundidade com representantes de seis organizações-chave, a pesquisa revela que, embora os arranjos incluam múltiplos atores, a sustentabilidade tem sido promovida sobretudo por instituições públicas e da sociedade civil. As entrevistas indicam um protagonismo comunitário na conservação da Caatinga e na valorização dos saberes locais, enquanto o setor privado é frequentemente percebido com ceticismo, associado a práticas ambientalmente questionáveis. Os resultados evidenciam impactos sociopolíticos, ambientais e econômicos relevantes, como os avanços na geração e distribuição de renda, na conservação ambiental e na segurança hídrica. No entanto, também apontam desafios, como a fragilidade de estruturas executivas, a necessidade de maior articulação entre políticas públicas e práticas locais e a necessidade de uma responsabilidade corporativa efetiva. O estudo contribui para o debate sobre sustentabilidade ambiental e governança colaborativa em regiões vulneráveis, dialogando com os desafios da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 30).

Palavras-chave: Governança policêntrica. Sustentabilidade ambiental. Semiárido baiano.

ABSTRACT: This article investigates polycentric governance arrangements for environmental management in the Bahian Semi-arid, focusing on the Articulation of the Brazilian Semi-Arid (ASA) and the State Committee of the Caatinga Biosphere Reserve in Bahia (CERBCAAT-BA). Through document analysis and in-depth interviews with representatives from six key organizations, the research found that, although these arrangements include multiple stakeholders, sustainability has primarily been driven by public institutions and civil society. Interviewees highlighted community leadership in



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

preserving the Caatinga biome and promoting local knowledge, while the private sector was often perceived with skepticism due to environmentally harmful practices. The results demonstrate significant socio-political, environmental and economic impacts, such as advances in income generation and distribution, environmental conservation and water security. However, they also expose challenges such as weak executive structures, insufficient integration of public policies and local initiatives, and the need for effective corporate accountability. The study contributes to the debate on environmental sustainability and collaborative governance in vulnerable regions, aligning with the challenges raised by the 30th United Nations Climate Change Conference (COP 30).

Keywords: Polycentric governance. Environmental sustainability. Bahia Semiárid.

1. INTRODUÇÃO

Diante dos desafios ecológicos atuais, este estudo busca mapear e analisar os arranjos de governança policêntrica na gestão ambiental do Semiárido da Bahia, zona de transição entre a Mata Atlântica e o Sertão (BLAMONT *et al.*, 2002). Com base em análise documental e entrevistas semiestruturadas, o estudo investiga as parcerias colaborativas entre diferentes atores-chave e seus processos decisórios na gestão ambiental do bioma Caatinga (CABRAL *et al.*, 2019; GATIGNON; CAPRON, 2023).

A ênfase dessa pesquisa foi a compreensão de como tais redes colaborativas operam no território, a partir da perspectiva da mitigação das mudanças climáticas, especialmente no que se refere à gestão compartilhada dos bens naturais comuns, à conservação do bioma Caatinga e ao fortalecimento das comunidades locais. Diante do exposto, a questão central do artigo é: Quais são e como funcionam os arranjos de governança policêntrica na gestão ambiental do Semiárido baiano? A presente pesquisa tem como unidade de análise as redes colaborativas intersetoriais estabelecidas entre atores públicos e privados, tais como organizações do terceiro setor, empresas privadas, entidades públicas e instituições acadêmicas. Tais atores atuam conjuntamente na gestão dos bens naturais comuns, com base em conceitos definidos por Vincent Ostrom (1972) e Elinor Ostrom (1990). Portanto, adota-se o conceito de governança policêntrica, um



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

modelo de governança que envolve a interação de múltiplos atores independentes, mas conectados e dotados de poder de decisão. Conforme Ostrom (1972), esses atores podem atuar de forma colaborativa ou competitiva dentro de um sistema maior, contribuindo para a gestão compartilhada de recursos e políticas.

Os governos, geralmente, não dispõem de todas as competências e os recursos necessários para lidar com problemas complexos de ação coletiva (OSTROM, 2010a) e falhas de mercado (CABRAL *et al.*, 2019; LAZZARINI *et al.*, 2020). Ademais, lideranças governamentais podem não favorecer a inclusão de outros atores na gestão de recursos ambientais ou na criação conjunta de valor (WILLIAMSON, 1999; MCGAHAN; PONGELUPPE, 2023). A “tragédia dos comuns” ilustra bem essa dificuldade de regulamentação de bens comuns, que são compartilhados e de acesso não-exclusivo, gerando baixos incentivos para sua preservação (DEMSETZ, 1967). Nesse contexto, os interesses individuais frequentemente resultam em exploração excessiva e degradação dos recursos, afetando negativamente o bem coletivo (OSTROM, 1990). Tal evidência demonstra a necessidade de soluções inovadoras que contemplem a participação de múltiplos atores no gerenciamento dos bens comuns. Entre os arranjos possíveis destacam-se as Parcerias Público-Privadas (PPPs), que buscam fomentar a cooperação entre esses diversos setores. Todavia, os dados coletados mostram que, na gestão ambiental do Semiárido baiano, essas parcerias não têm gerado impactos positivos relevantes na criação de valor público, sendo frequentemente percebidas com ceticismo pelos atores locais.

2. JUSTIFICATIVA

O projeto estabelece uma conexão interdisciplinar entre Administração, com disciplinas como Estratégia Organizacional e Administração Pública, e Sistemas de Informação. Tal conexão se desenvolve por meio do uso de métodos e ferramentas de análise de dados, oriundos da tecnologia da informação, que são essenciais para a



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

compreensão das informações coletadas nas interações com as organizações participantes.

Além de contribuir para os avanços do conhecimento acadêmico sobre o papel dos arranjos de governança ambiental no Semiárido baiano, este estudo pretende incentivar a formação da cidadania e fomentar espaços de discussão crítica e participação ativa no ambiente acadêmico e na sociedade, a partir da análise de modelos inovadores para a sustentabilidade ambiental e seus desafios. A disseminação dessas temáticas é crucial para a reflexão crítica de gestores já formados e para a formação da cidadania de estudantes, enquanto sujeitos políticos com potencial para desenvolver um papel de protagonismo no contexto acadêmico e social.

Ademais, há escassez de estudos empíricos sobre novos arranjos de governança para a gestão de bens comuns no contexto do Semiárido baiano. Diante disso, infere-se que o presente estudo apresenta potencial para contribuir com o desenvolvimento de modelos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (*UNITED NATIONS, 2024*) e capazes de enfrentar os desafios postos pela COP30. Mais especificamente, pretende-se aprofundar a compreensão dos procedimentos utilizados para a formação de parcerias colaborativas, a função dos diversos *stakeholders* e a alocação dos respectivos direitos de decisão nos arranjos identificados (MCGAHAN; PONGELUPPE, 2023).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa adotou a estratégia do Estudo de Caso Múltiplo, adequada à análise aprofundada de fenômenos em seus contextos específicos (RAGIN, 2008; MYERS, 2013). A triangulação de evidências foi garantida por meio da combinação de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas (DENZIN; LINCOLN, 2005). A unidade de análise compreende parcerias intersetoriais voltadas à gestão ambiental no Semiárido da



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Bahia, selecionadas com base na relevância institucional, sem amostragem estatística (RAGIN, 2008).

O Modelo de Análise considera três dimensões das redes de governança policêntrica: competências públicas e privadas; regras e dinâmicas de poder; e criação de valor público. A análise comparativa entre arranjos com diferentes perfis fortaleceu a validade do estudo e ampliou sua contribuição acadêmica e sociopolítica.

Os documentos analisados foram selecionados por sua relevância e coerência com os objetivos do estudo. As entrevistas, conduzidas on-line com gestores de órgãos públicos e ONGs, seguiram roteiro estruturado (FLICK, 2009) e foram realizadas com base em amostragem por conveniência e técnica “bola de neve” (HANNEMAN; RIDDLE, 2005). A análise qualitativa foi orientada por procedimentos de categorização e codificação (SALEHIJAM, 2018), assegurando a confiabilidade e a repetibilidade dos achados.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e seguiu as normas éticas vigentes, com garantia de confidencialidade aos participantes.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente artigo busca compreender os arranjos de governança policêntrica voltados à gestão ambiental no Semiárido baiano, com ênfase na atuação de organizações públicas e da sociedade civil. Trata-se de um território marcado por vulnerabilidades ecológicas e sociais, onde a ação coletiva para o uso sustentável dos bens naturais comuns se revela crucial.

A crescente emergência climática tem reforçado o protagonismo da governança ambiental no debate global. A incorporação de princípios sustentáveis em marcos jurídicos nacionais e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*UNITED NATIONS*, 2024) aponta para a necessidade de modelos mais inclusivos e colaborativos. Esses modelos devem integrar diferentes atores sociais e promover a corresponsabilidade



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

na gestão dos recursos naturais e a transição para a economia circular (KHANNA; GUSMEROTTI; FREY, 2022).

Nesse contexto, a governança policêntrica é um referencial teórico relevante por propor formas descentralizadas de tomada de decisão e de mecanismos institucionais mais responsivos a contextos complexos. Originalmente introduzido por Polanyi (1951), o conceito de policentricidade foi adaptado à Administração Pública por Ostrom, Tiebout e Warren (1961), destacando como múltiplos centros de decisão podem operar de forma coordenada. Posteriormente, Elinor Ostrom (1990, 2010a, 2010b) demonstrou que tais arranjos são eficazes na gestão de bens comuns, como a água e as florestas, sobretudo quando envolvem regras legitimadas localmente.

A literatura também aponta que a descentralização decisória e o engajamento de múltiplos *stakeholders* permitem respostas mais flexíveis e contextualizadas (OSTROM, 2000; STEPHAN; MARSHALL; MCGINNIS, 2019). Nesses arranjos, é fundamental considerar como os custos da degradação ambiental – as chamadas externalidades negativas – podem ser internalizados sem ser transferidos à coletividade (COASE, 1960; WILLIAMSON, 1985), especialmente quando os direitos de propriedade são difusos e os interesses divergentes.

Estudos recentes (MCGAHAN; PONGELUPPE, 2023) evidenciam que os arranjos policênicos mais efetivos contam com a colaboração entre Estado e sociedade civil organizada. Entretanto, a literatura também sugere que empresas privadas engajadas em compromissos ambientais podem assumir um papel ativo como articuladoras desses arranjos (GATIGNON; CAPRON, 2023), embora esse papel esteja sujeito a críticas e controvérsias, como ocorre no caso do Semiárido da Bahia.

Considerando esse cenário, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa: redes policênicas compostas por múltiplos *stakeholders*, como empresas, ONGs e órgãos públicos, priorizam a sustentabilidade ambiental sobre a criação de valor privado.

Essa hipótese foi tensionada à luz dos dados coletados, considerando que, no contexto analisado, o setor empresarial não parece assumir protagonismo colaborativo. A



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

análise buscou, portanto, verificar se a sustentabilidade ambiental pode ser promovida por redes formadas majoritariamente por atores estatais e da sociedade civil.

Modelos policêntricos destacam-se pela capacidade de adaptação, coordenação em múltiplos níveis, internalização de externalidades e diversidade de vínculos entre instituições operando em diferentes escalas territoriais (OSTROM; TIEBOUT; WARREN, 1961). A literatura aponta que o equilíbrio entre competências, incentivos e legitimidade social é um fator-chave para o êxito da governança policêntrica (RANGAN; SAMII; WASSENHOVE, 2006; CABRAL *et al.*, 2019). Contudo, desafios como a marginalização de certos grupos e a concentração de poder decisório ainda precisam ser enfrentados (MORRISON *et al.*, 2019).

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Mapeamento das redes de governança ambiental no Semiárido da Bahia

A pesquisa mapeou os arranjos de governança ambiental que atuam no Semiárido baiano, destacando programas e projetos voltados para preservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e fortalecimento da gestão compartilhada dos bens comuns. Entre os principais arranjos identificados preliminarmente, estão os seguintes:

Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PNRBH): O programa visa a conservação e recuperação das bacias hidrográficas para promover o uso sustentável da água, a melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade (BRASIL, 2023). Essas ações estão articuladas entre atores públicos como o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), comitês de bacia, universidades e sociedade civil (Brasil, 2022). No Semiárido, busca-se integrar saneamento, recuperação de nascentes e economias sustentáveis.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF): Criado em 2001, atua na gestão descentralizada da bacia do Rio São Francisco, articulando ações de revitalização, monitoramento ambiental, apoio a comunidades ribeirinhas e fortalecendo o desenvolvimento regional sustentável. É composto por representantes de usuários de água, sociedade civil, comunidades tradicionais e instituições públicas, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal (ADASA), entre outras (CBHSF, 2021, 2025).

Projeto Renascer Caatinga: Atua na preservação da biodiversidade e no reflorestamento com espécies nativas, integrando ações de capacitação comunitária e desenvolvimento territorial sustentável (PROJETO RENASCER CAATINGA, 2025).

Projeto Biomas da Bahia: Iniciativa do Ministério Público da Bahia, desde 2022 visa ampliar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) para conservar os biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Focado na regularização e proteção ambiental e fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, o projeto atua em parceria com instituições públicas, como o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e privadas, como a Fundação José Silveira (MPBA, 2025).

Consórcio Nordeste: Entidade interestadual, criada em 2019, promove políticas integradas entre os nove estados da região. Com foco no desenvolvimento sustentável e na promoção de energias renováveis, realiza parcerias com países estrangeiros e organismos internacionais, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário (FIDA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entre suas iniciativas destaca-se o Fundo Caatinga, voltado a captar recursos de diversas fontes para financiar ações de conservação e restauração ambiental nesse bioma (CONSÓRCIO NORDESTE, 2025).

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA): Fundada em 1999, é uma rede composta por mais de 3 mil organizações da sociedade civil e cooperativas que atuam na promoção de ações sustentáveis de convivência com o Semiárido brasileiro. É



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

reconhecida, nacional e internacionalmente, por seu protagonismo na formulação de políticas públicas inovadoras, como o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), e adaptadas às demandas sociais das comunidades rurais do Semiárido, como segurança alimentar, educação contextualizada e participação cidadã (ASA BRASIL, 2025).

Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga da Bahia (CERBCAAT-BA): O CERBCAAT-BA, doravante CERBCAAT, é um órgão colegiado paritário, vinculado ao Governo do estado da Bahia, com função consultiva, formado por 30 membros – metade governamentais e metade da sociedade civil – com foco na conservação da Caatinga. Atua na proposição de políticas para o uso sustentável dos bens naturais e na criação de Unidades de Conservação, mediante a articulação entre atores de diversos setores, como a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA-BA, doravante SEMA), a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), o INEMA, a CODEVASF, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), entidades ambientalistas, sindicatos e universidades (CERBCAAT, 2021).

5.2 Análise comparativa entre redes colaborativas no Semiárido baiano

Com base na pesquisa documental, foram selecionados dois arranjos de governança ambiental com atuação significativa no Semiárido baiano – a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga da Bahia (CERBCAAT) –, destacando-se por sua abrangência territorial, diversidade institucional e modelos distintos de governança. Uma vez identificadas essas duas redes de governança ambiental, o trabalho procedeu com a realização de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com seis representantes de organizações com perfil de destaque no respectivos arranjos, a saber: Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA); Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB); Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER); Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Piemonte (COFASPI); Movimento de Organização Comunitária (MOC); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA). Dessas organizações, o CEDASB, a COFASPI e o MOC participam da ASA; a SEMA e a BAHIATER são órgãos governamentais que compõem o CERBCAAT; e o IRPAA integra ambas as redes de governança.

Após a caracterização das instituições entrevistadas e seu papel nos arranjos de governança, são apresentados os resultados da análise qualitativa das entrevistas, que busca identificar pontos de convergência e divergência nas respostas dos participantes a partir das categorias conceituais do roteiro adotado para a coleta de dados.

5.2.1 Contexto das organizações e dos arranjos de governança ambiental

Conforme exposto na metodologia, no decorrer desta pesquisa foram selecionados os seguintes arranjos de governança: a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga da Bahia (CERBCAAT). Neste item, descrevem-se o papel e a natureza da atuação de cada instituição entrevistada na respectiva rede da qual participa ou, eventualmente, nas duas redes, como ocorre, por exemplo, no caso do IRPAA. Os entrevistados descreveram suas organizações como fundamentais para a gestão sustentável no Semiárido, destacando diferentes ênfases, como políticas públicas, práticas agrícolas e integração socioambiental. Essa descrição facilitará a compreensão da comparação entre as duas redes de governança e entre os diferentes posicionamentos dos respectivos atores.

SEMA: Membro efetivo do CERBCAAT, colabora na formulação de programas para recuperar áreas degradadas, proteger bacias hidrográficas e combater os efeitos da desertificação e da seca (INEMA, 2021). Segundo o entrevistado 001, o comitê “mantém a cultura tradicional dos povos e conserva o bioma com práticas sustentáveis”, mesmo sem poder deliberativo. Já o entrevistado 003 destaca seu papel estratégico na elaboração de políticas de preservação e recuperação da Caatinga.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

MOC: O Movimento de Organização Comunitária, um dos membros fundadores da ASA em 1999, atua no fortalecimento das comunidades do Semiárido, promovendo políticas inclusivas e soluções locais sustentáveis (MOC, 2025). De acordo com o entrevistado 005, o MOC é reconhecido pelo trabalho em redes comunitárias, como o Fórum Baiano da Agricultura Familiar e o Fórum Baiano de Economia Solidária.

CEDASB: Atua no sudoeste da Bahia, com foco em agroecologia, segurança alimentar e gestão hídrica, promovendo ações coletivas com parceiros da ASA (CEDASB, 2025).

COFASPI: Integra a ASA promovendo agricultura familiar sustentável por meio de assistência técnica, feiras agroecológicas e apoio à comercialização (COFASPI, 2025). “Seu objetivo é fortalecer a agricultura familiar com enfoque socioeconômico e ambiental”, destaca o entrevistado 004, enfatizando seu impacto técnico e econômico nas comunidades (Entrevistado 006).

IRPAA: Compõe tanto a ASA quanto o CERBCAAT, atuando, respectivamente, como ponte entre políticas públicas e práticas comunitárias (ASA, 2025; BAHIA, 2013). Destaca-se no “recaatingamento¹” e na gestão hídrica, promovendo conservação ambiental e geração de renda. Segundo o entrevistado 006, “[...] surge das experiências populares dos anos 90 para fortalecer a autonomia dos agricultores familiares”.

BAHIATER: Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural, atua no CERBCAAT com ações em assistência técnica rural, planejamento territorial e inovação para a sustentabilidade. Conforme a entrevista 003, o comitê desempenha um papel estratégico na governança ambiental da Bahia, articulando diferentes atores e formulando políticas públicas para a conservação e recuperação da Caatinga (BAHIATER, 2025).

¹ O recaatingamento é um projeto de preservação ambiental que busca contribuir para inverter a desertificação do bioma caatinga através do uso sustentável de seus recursos naturais (IRPAA, 2025).



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Os diversos atores-chave entrevistados no âmbito das duas redes colaborativas analisadas e suas características fundamentais estão reportados, abaixo, no Quadro 1.

Quadro 1: DESCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS

Organização	Natureza	Anos de existência	Quantidade de funcionários	Código da entrevista	Arranjo/Rede
SEMA	Órgão público	22	1.353	001	CERBCAAT
CEDASB	Organização da sociedade civil	18	53	002	ASA
BAHIATER	Órgão público	10	1.032	003	CERBCAAT
COFASPI	Cooperativa	22	57	004	ASA
MOC	Organização da sociedade civil	58	90	005	ASA
IRPAA	Organização da sociedade civil	34	80	006	ASA/CERBCAAT

Fonte: Elaborado pelos autores

As organizações analisadas convergem na ênfase pela sustentabilidade, embora com enfoques distintos: órgãos públicos (SEMA e BAHIATER) priorizam políticas ambientais; cooperativas, como a COFASPI, atuam no desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis e na organização de cadeias produtivas; o IRPAA trabalha na integração socioambiental, combinando inovação tecnológica e manejo de recursos; o CEDASB fortalece redes comunitárias e difunde práticas agroecológicas locais; e o MOC foca na mobilização social e na educação contextualizada para o Semiárido.

5.2.2 Principais áreas de atuação

O Quadro 2, abaixo, apresenta uma sistematização das principais áreas de atuação das organizações entrevistadas, permitindo visualizar como cada instituição contribui, a



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

partir de seu perfil, para diferentes frentes da governança socioambiental no Semiárido baiano.

Quadro 2: ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS

Área de Atuação	Organizações
Conservação ambiental	SEMA, BAHIATER, IRPAA
Planejamento territorial	SEMA, BAHIATER
Produção agroecológica e sustentabilidade	CEDASB, COFASPI, MOC, IRPAA
Fortalecimento de redes comunitárias	CEDASB, COFASPI, MOC

Fonte: Elaborado pelos autores

As áreas de atuação destacadas acima evidenciam como as organizações respondem aos desafios do Semiárido mediante ações que se retroalimentam. O CEDASB, por exemplo, combina práticas sustentáveis com articulação social; já o MOC promove assistência agroecológica, protagonismo feminino e valorização da agricultura familiar.

Confrontando as duas redes analisadas, observa-se que, enquanto o CERBCAAT articula estrategicamente políticas públicas e instâncias institucionais, a ASA atua diretamente nos territórios, mediante organizações como CEDASB, COFASPI, MOC e IRPAA, que propiciam práticas sustentáveis, segurança hídrica e agricultura familiar.

5.2.3 Laços relacionais e parcerias

As parcerias identificadas refletem a natureza institucional dos atores entrevistados. Órgãos públicos, como SEMA e BAHIATER, priorizam vínculos com universidades e centros de pesquisa, buscando apoio técnico-científico para formulação de políticas; organizações da sociedade civil (CEDASB, MOC, IRPAA) atuam em redes de agroecologia e agricultura familiar (Fórum Baiano da Agricultura Familiar,



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Articulação de Agroecologia da Bahia), fortalecendo a incorporação de demandas locais; o IRPAA atua simultaneamente junto a órgãos públicos (SDR/BAHIATER) e a cooperativas (CooperVida), conjugando a formulação de políticas com a implementação de projetos inovadores; cooperativas (COFASPI) se articulam com entidades de assistência técnica e comercialização, combinando capacitação rural e acesso a mercados sustentáveis.

5.2.4 Competências públicas e privadas

As organizações que integram os arranjos de governança no Semiárido baiano desempenham papéis específicos, conforme suas competências institucionais. Essas competências abrangem capacidades diversas, desde a formulação de políticas ambientais até a inovação tecnológica e o apoio técnico, refletindo a complementaridade de suas atuações. O Quadro 3 a seguir apresenta uma síntese dessas competências, com o detalhamento das capacidades específicas, e as respectivas organizações responsáveis.

Quadro 3: COMPETÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Competências	Capacidades específicas	Organizações	Entrevistas
Coordenação; Regulação; Expertise; Manejo sustentável dos recursos	Formulação e implementação de políticas ambientais	SEMA, BAHIATER	001, 003
Coesão e legitimidade social; Manejo sustentável dos recursos; Inovação	Coordenação comunitária e articulação política	CEDASB	002
	Capacitação e apoio técnico	COFASPI	004
Coordenação; Regulação; Assunção de riscos; Negociação	Coordenação comunitária e articulação política	MOC	005



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Inovação; Coordenação	Expertise;	Inovação tecnológica e sustentabilidade	IRPAA	006
--------------------------	------------	--	-------	-----

Fonte: Elaborado pelos autores

No âmbito do CERBCAAT, embora todas as organizações tenham um papel complementar, o representante da BAHIATER aponta que a ausência de um órgão executivo para implementação de políticas limita fortemente as capacidades internas. Na ASA, os entrevistados reforçam o potencial de capacitação e inovação tecnológica como soluções para equilibrar a conservação ambiental e a geração de renda.

5.2.5 Regras, modelos de governança e distribuição do poder

Por um lado, com base nas entrevistas com os representantes da SEMA e da BAHIATER, o CERBCAAT combina regras formais, como decretos, com processos de tomada de decisões que recebem a influência de modelos *bottom-up*: “A governança é descentralizada. As comunidades quilombolas e indígenas têm voz ativa nas discussões.” (Entrevista 001). Por outro lado, de acordo com os depoimentos dos entrevistados de COFASPI, MOC e IRPAA, a ASA adota um modelo mais horizontal e informal: “Priorizamos demandas locais e o diálogo coletivo.” (Entrevista 006).

Comparando os depoimentos dos entrevistados, nota-se uma divergência que leva a acreditar que o CERBCAAT adota, efetivamente, uma estrutura mais hierárquica, enquanto a ASA, composta prioritariamente por organizações do terceiro setor, privilegia a horizontalidade. Uma explicação disso é que, devido à composição do CERBCAAT, em que 50% dos atores são entidades governamentais, o processo decisório pode ser moldado pela hierarquia e centralidade das instituições que integram a estrutura de governo, como a SDR e a BAHIATER. O que está relatado acima é corroborado pelo entrevistado do IRPAA, instituição que atua em ambos os arranjos: enquanto as redes comunitárias operam de forma descentralizada, o governo ainda detém poder sobre os recursos, o que pode dificultar a autonomia das organizações locais.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Esse aspecto é enfatizado no quesito da distribuição de poder, já que os próprios representantes da SEMA e da BAHIATER destacam a influência dos atores governamentais e a necessidade de uma maior independência do CERBCAAT na tomada de decisões (Entrevistas 001 e 003). Em contrapartida, os representantes de CEDASB, COFASPI e IRPAA destacam a prevalência de modelos de decisão coletiva (*bottom-up*) na ASA, onde há evidências de equilíbrio na distribuição do poder e garantias para a participação coletiva (Entrevistas 002, 004, 005 e 006).

5.2.6 Criação de valor

A análise da criação de valor nas redes colaborativas considerou três dimensões: sociopolítica, ambiental e econômica.

Na ASA, o impacto sociopolítico se manifesta nas ações da COFASPI, que promove assistência técnica, feiras agroecológicas e comercialização justa, fortalecendo a cidadania e os direitos sociais das famílias agricultoras (Entrevista 004). Já o MOC atua com educação contextualizada, políticas de gênero e garantia de direitos básicos, como acesso à água e segurança alimentar: “Nós não estamos fazendo favor à população. [...] Eu ‘tô’ criando oportunidade de que direitos sejam respeitados” (Entrevista 005).

No CERBCAAT, o impacto sociopolítico decorre da articulação de políticas públicas pela SEMA e pela BAHIATER, com destaque para diretrizes ambientais e parcerias interinstitucionais entre governo, universidades e sociedade civil. Contudo, limitações estruturais e financeiras comprometem a efetividade prática do comitê (Entrevistas 001 e 003). No caso da BAHIATER, o impacto sociopolítico se materializou principalmente na sua capacidade de influenciar políticas como o “recaatingamento”, mesmo que dependa da vontade de instâncias superiores do governo do Estado da Bahia para sua implementação. O maior entrave é representado pelo fato de que “O comitê ainda enfrenta desafios relacionados à falta de estrutura e recursos próprios” (Entrevista 003).



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

No aspecto ambiental, o CEDASB atua com manejo hídrico e revitalização de nascentes, melhorando a disponibilidade de água para as comunidades (Entrevista 002); o IRPAA promoveu o “recaatingamento” de 1.200 hectares de Caatinga em 5 anos e o reuso de água em 50 comunidades; e o MOC realizou reflorestamento comunitário, com impactos positivos na qualidade do solo e na produtividade agrícola (Entrevistas 005 e 006). Segundo a entrevista 006, “O ‘recaatingamento’ mostra que é possível conservar e gerar renda sem degradar”.

O CERBCAAT apoia o “recaatingamento” (via IRPAA) e pesquisas com universidades, valorizando biodiversidade, saberes locais e práticas comunitárias, como fica evidenciado no seguinte trecho: “Você consegue fazer os beneficiamentos dos seus frutos, do umbu e maracujá na Caatinga e manter as culturas tradicionais dos povos” (Entrevista 006). O mesmo representante reforça que “As comunidades dizem: ‘Nunca mais vi esse animal, agora ele voltou por minha ação’.”

Quanto à dimensão econômica, a COFASPI fortalece a autonomia comunitária e a agricultura familiar por meio do apoio à agroecologia e comercialização (Entrevista 004). A COOPERCUC, uma organização que não participou diretamente da pesquisa, mas que foi mencionada como referência, alia conservação ambiental e geração de renda mediante beneficiamento de produtos agroecológicos da Caatinga, como umbu e licuri, além de prestar às famílias apoio técnico e social (Entrevista 001).

A seguir, apresenta-se o Quadro 4 que descreve os principais impactos gerados pelos arranjos de governança analisados – ASA e CERBCAAT – com base nas entrevistas realizadas com representantes de organizações atuantes no Semiárido da Bahia.

Quadro 4: PRINCIPAIS IMPACTOS GERADOS PARA A CRIAÇÃO DE VALOR
NO SEMIÁRIDO DA BAHIA

Dimensão	Impactos identificados	Organizações envolvidas	Arranjo de governança



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Sociopolítica	Fortalecimento da cidadania, inclusão de comunidades tradicionais e garantia de direitos básicos (segurança alimentar, acesso à água e reúso em 50 comunidades)	CEDASB, COFASP, MOC, IRPAA	ASA
	Contribuição na formulação de políticas públicas com foco em conservação ambiental, sustentabilidade e inclusão sociocultural	SEMA, BAHIATER	CERBCAAT
	Implementação de políticas públicas para a agricultura familiar sustentável e à inclusão social das comunidades no território	CEDASB, COFASPI, MOC, IRPAA	ASA (prioritariamente)
	Educação contextualizada e promoção de práticas sustentáveis	MOC, IRPAA	ASA
	Coordenação comunitária e articulação política	CEDASB, MOC	ASA
Ambiental	Segurança hídrica, restauração ecológica, conservação da biodiversidade, ações do ‘Recaatingamento’	SEMA, BAHIATER, CEDASB, IRPAA	ASA, CERBCAAT
Econômica	Geração de renda via agroecologia, promoção de cadeias produtivas agroecológicas e mercados sustentáveis	CEDASB, COFASPI, IRPAA	ASA (prioritariamente)
	Assistência técnica e empoderamento para agricultura familiar sustentável	COFASPI, IRPAA	ASA

Fonte: Elaborado pelos autores

Em síntese, ASA e CERBCAAT apresentam abordagens complementares: a ASA opera diretamente no território, promovendo valorização social das comunidades, cidadania e sustentabilidade; já o CERBCAAT atua estratégicamente, articulando políticas públicas, apesar de entraves estruturais. Essa distinção se reflete nas três diferentes dimensões do impacto: sociopolítica, ambiental e econômica.

Com efeito, o impacto das ações da ASA é diretamente visível no cotidiano e na qualidade de vida das famílias agricultoras. Esse arranjo transforma práticas, garante acesso à água, promove renda com sustentabilidade e assegura o acesso à cidadania. Por outro lado, o CERBCAAT é um espaço estratégico-institucional que busca influenciar políticas públicas e promover a governança ambiental. Sua força está na capacidade de



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

conexão entre os diferentes *stakeholders*, mas enfrenta desafios internos que limitam o impacto das suas ações, como a falta de estrutura técnica, capacidades e mecanismos executivos dedicados ao Comitê e a ausência de autonomia financeira.

No âmbito da ASA, outro ponto a ser observado são os impactos sociopolíticos gerados por organizações da sociedade civil, como o MOC, como a promoção da cidadania plena, a educação contextualizada e o fortalecimento das práticas de convivência com o Semiárido. Como apontado pelo entrevistado 005, “seca não se combate”, sendo um fenômeno climático que ocorre em várias regiões do mundo; o que é possível fazer é conviver com ela e minimizar seus impactos por meio de políticas públicas.

Os impactos apresentados evidenciam o papel estratégico das redes na governança ambiental do Semiárido baiano, na melhoria das condições de vida das comunidades e no fortalecimento de parcerias interinstitucionais. No próximo item, estão descritos os desafios estruturais que limitam a atuação prática dessas redes colaborativas e são propostas algumas recomendações.

5.2.7 Desafios e recomendações

Apesar dos impactos positivos, as entrevistas revelam limitações estruturais que dificultam a consolidação e ampliação dos arranjos de governança ambiental no Semiárido baiano. Três eixos de desafios emergem dos resultados da pesquisa de campo: responsabilização efetiva de empresas e governos; articulação entre políticas públicas e ações locais; e fortalecimento de capacidades executivas.

As recomendações levantadas com base nas entrevistas podem ser organizadas conforme o Quadro 5, a seguir:



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Quadro 5: RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO DA BAHIA

Eixos	Recomendações	Organizações
Responsabilização efetiva de empresas e governos	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o acesso a financiamentos internacionais para a sustentação de projetos ambientais; - Envolver empresas em práticas reais de ESG, exigindo compensações ambientais efetivas e medidas concretas de responsabilidade socioambiental 	CEDASB, IRPAA
Articulação entre políticas públicas e ações locais	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a regulação ambiental e aprimorar o licenciamento de empreendimentos privados, com foco na redução de impactos sobre comunidades e ecossistemas 	IRPAA, SEMA
Fortalecimento de capacidades executivas	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma instituição executiva com autonomia administrativa e capacidade operacional para implementar políticas públicas e coordenar ações das redes de governança 	SEMA, CEDASB

Fonte: Elaborado pelos autores

Essas proposições refletem a urgência de enfrentamento das fragilidades institucionais e da necessidade de instrumentos mais eficazes para a execução das decisões tomadas pelas redes. Nesse sentido, a SEMA e a BAHIATER destacaram a necessidade de uma estrutura de implementação, para traduzir recomendações em projetos; e o representante do MOC destacou a importância de assegurar uma articulação constante entre as organizações e os financiadores para garantir o fomento contínuo de projetos de longo prazo. O IRPAA, ainda, enfatizou que parcerias com o setor privado devem ir além de iniciativas superficiais de imagem institucional, assumindo compromissos concretos que valorizem o patrimônio humano e ambiental do Semiárido baiano: “não há preço que pague o sagrado, a memória, a identidade da Caatinga” (Entrevista 006).



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

Em suma, as recomendações colocadas pelos atores das redes colaborativas apontam para a urgência de revisar o modelo de desenvolvimento regional, priorizando a sustentabilidade de longo prazo frente a pressões econômicas de curto prazo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos arranjos de governança ambiental no Semiárido baiano revela um sistema complexo e interdependente, no qual atuam redes colaborativas distintas como a ASA e o CERBCAAT. Embora com naturezas e estratégias diferentes, há pontos de interseção entre os dois arranjos, principalmente por meio de organizações que participam de ambas as redes, como o IRPAA, que articula ações comunitárias e políticas públicas. Apesar dos impactos positivos relatados – como a recuperação de terras degradadas via “recaatingamento”, sistemas de reuso de água beneficiando comunidades locais e cadeias produtivas sustentáveis de umbu e licuri –, persistem desafios estruturais que limitam o potencial transformador dessas iniciativas. Os relatos dos entrevistados apontam três eixos centrais para superar essas barreiras: responsabilização efetiva de empresas e governos; articulação entre políticas públicas e ações locais; e fortalecimento de capacidades executivas.

No caso do Semiárido da Bahia, a responsabilização efetiva de empresas e governos é uma demanda urgente e recorrente. Os dados empíricos desta pesquisa apontam que os atores institucionais entrevistados – integrantes de organizações que compõem os arranjos CERBCAAT e ASA – não reconhecem o setor privado como parceiro efetivo na governança ambiental. O licenciamento ambiental frágil e a atuação predatória de empreendimentos, como mineradoras, parques eólicos e solares, revelam a insuficiência dos atuais mecanismos de controle. A percepção predominante é a de que projetos dessa natureza têm gerado conflitos com comunidades e práticas agroecológicas, revelando assimetrias de poder e ausência de responsabilidade ambiental efetiva. Essa visão sublinha a necessidade de instrumentos jurídicos que exijam compensações



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

ambientais mensuráveis e fiscalizáveis. Governos também devem ser cobrados para alinhar autorizações e políticas às metas de sustentabilidade, evitando decisões que comprometam os bens comuns em favor de interesses econômicos de curto prazo.

A integração entre políticas e iniciativas locais emerge como um ponto crítico. Enquanto a ASA opera com uma lógica horizontal e comunitária, o CERBCAAT carece de alinhamento efetivo com as demandas das comunidades, dependendo de estruturas governamentais que nem sempre priorizam a sustentabilidade. A tensão entre soluções locais e decisões estatais revela a urgência de políticas públicas que dialoguem com práticas já testadas, como o Programa Um Milhão de Cisternas e a produção agroecológica. Essa integração é essencial para que os avanços comunitários sejam ampliados e não fiquem reféns de agendas setoriais desconexas.

O fortalecimento de capacidades executivas, por sua vez, é outro aspecto destacado como imprescindível. O CERBCAAT possui um papel consultivo relevante, mas sua falta de autonomia administrativa e orçamentária o impede de implementar suas recomendações. A assimetria entre capacidade deliberativa e poder de ação configura um nó crítico. Sem estruturas executivas robustas, iniciativas como o “recaatingamento” – que recuperou biodiversidade e gerou renda – correm o risco de permanecer como exceções, em vez de se tornarem modelos replicáveis. Fortalecer esses mecanismos significa dotar os arranjos de governança de independência para executar decisões, reduzindo a dependência de órgãos estaduais que, por vezes, contradizem os objetivos socioambientais.

Esses três eixos – responsabilização, integração e fortalecimento executivo – demandam uma redefinição profunda do modelo de desenvolvimento no Semiárido baiano. Os impactos relatados por atores locais, como avanços em segurança hídrica, conservação ambiental e geração de renda, indicam que há metodologias promissoras e organizações comprometidas com a transformação socioambiental da região. Contudo, para que essas iniciativas deixem de ser experiências pontuais e se consolidem como



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

paradigmas replicáveis, é necessário enfrentar as fragilidades estruturais existentes, por meio de vontade política e mudanças institucionais efetivas.

Em suma, os dados empíricos revelam que, embora os arranjos analisados se caracterizem como policênicos, o protagonismo está concentrado nos atores públicos e nas organizações da sociedade civil. A participação do setor privado foi percebida pelos entrevistados com ceticismo. Dessa forma, a hipótese de que múltiplos *stakeholders* priorizam a sustentabilidade sobre o valor privado é tensionada, sendo necessário reconhecer que o valor público, nesse contexto, tem sido criado predominantemente por atores não empresariais, o que desafia parte da literatura recente sobre colaboração intersetorial.

O objetivo desta pesquisa foi mapear e analisar os arranjos de governança policêntrica voltados para a gestão ambiental do Semiárido da Bahia, com ênfase na compreensão de como tais arranjos operam no território, especialmente no que se refere à gestão compartilhada dos bens naturais comuns, à conservação da Caatinga e ao fortalecimento das comunidades locais. Esse objetivo foi alcançado ao se identificar os principais atores envolvidos, suas relações, os impactos gerados e os obstáculos enfrentados na consolidação de políticas socioambientais mais robustas e participativas.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações. A principal delas foi a não aplicação do questionário inicialmente previsto, o que poderia ter ampliado a participação de diferentes atores e enriquecido a compreensão quantitativa sobre percepções e práticas. Além disso, o número restrito de entrevistas pode ter limitado a diversidade de perspectivas capturadas. Ainda assim, os dados obtidos permitem uma análise densa e representativa das principais dinâmicas envolvidas.

Para o avanço da agenda de pesquisa, recomenda-se ampliar a base empírica com a aplicação de instrumentos mistos (entrevistas e questionários), incluir novos territórios e experiências de governança e contribuir na definição de mecanismos de monitoramento dos bens naturais comuns e valoração dos serviços ecossistêmicos. A continuidade desta



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

agenda de pesquisa é essencial para subsidiar políticas públicas mais eficazes e processos locais de desenvolvimento alinhados à sustentabilidade socioambiental.

7. REFERÊNCIAS

ASA BRASIL - ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Acervo**. São Lourenço-PI, Fevereiro/2025. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**. Portaria nº 4457, de 19 fev. 2013. Designa membros para o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga. Salvador-BA, 20 fev. 2013.

BAHIATER. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Estado da Bahia. Salvador-BA, 2025. Disponível em: <https://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/>. Acesso em: 12 maio 2025.

BLAMONT, E.; FILHO, J. R. C. V.; FILHO, P. T.; MENDONÇA, J. O. O Semiárido da Bahia: problemas, desafios e possibilidades. **Bahia Agrícola**, v.5, n.2, p. 45-49, 2002. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/v5n2_semiarido.pdf. Acesso em: 08 out. 2024.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; JOHNSON, J. C. **Analyzing Social Networks**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

BRASIL. Diretrizes e Estratégias para o Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas. **Relatório Final do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas – Produto 5, Tomo I. Projeto de Cooperação Técnica (PCT)** BRA/IICA/16/002. Brasília, novembro de 2022.

BRASIL. **Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas**. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/bacias-hidrograficas>. Acesso em: 27 maio 2025.

CABRAL, S.; MAHONEY, J. T.; MCGAHAN, A. M.; POTOSKI, M. Value creation and value appropriation in public and nonprofit organizations. **Strategic Management Journal**, v. 40, n. 4, p. 465-475, 2019. DOI: 10.1002/smj.3008.

CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **Ata da Reunião Plenária Setorial do Poder Público Municipal - Bahia** (2021). Disponível em: <https://cdn.agenciapeixevivo.org.br/media/2021/09/1.-ATA-Poder-Publico-Municipal-Bahia.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

CBHSF - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **Membros do CBHSF**. Belo Horizonte-MG, 2025. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/composicao/membros-do-cbhsf/>. Acesso em: 27 maio 2025.

CEDASB - Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia. **Redes e Articulações**. Vitória da Conquista-BA, 2025. Disponível em: <https://cedasb.org.br/redes-e-articulacoes/>. Acesso em: 27 maio 2025.

COASE, R. H. The problem of social cost. **The Journal of Law and Economics**, v. 3, n. 1, p. 1-44, 1960.

COFASPI - Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte. **Quem Somos**. Jacobina-BA, 2025. Disponível em: <https://cofaspi.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 27 maio 2025.

CONSÓRCIO NORDESTE. **O Consórcio**. Brasília-DF, 2025. Disponível em: <https://www.consorcionordeste.gov.br/p/o-consorcio>. Acesso em: 18 nov. 2024.

DEMSETZ, H. Towards a Theory of Property Rights. **The American Economic Review**, v. 57, n. 2, p. 347-359, 1967.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. London: Sage Publications, 2005.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATIGNON, A.; CAPRON, L. The firm as an architect of polycentric governance: Building open institutional infrastructure in emerging markets. **Strategic Management Journal**, v. 44, n. 1, p. 48-85, 2023. DOI: 10.1002/smj.3124.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside: University of California, Riverside, 2005. Disponível em: <https://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/>. Acesso em: 05 out. 2024.

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Regimento Interno do CERBCAAT-BA**, 2021. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/Regimento_Interno_CERBCAAT_-_2021.pdf. Acesso em: 13 fev. 2025.

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. **Projetos: Recaatingamento** – Preservação do meio ambiente em parceria com a comunidade. Juazeiro, BA, 2025. Disponível em: <https://irpaa.org/projetos/7/recaatingamento>. Acesso em: 06 abr. 2025.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

KHANNA, M.; GUSMEROTTI, N. M.; FREY, M. The Relevance of the Circular Economy for Climate Change: An Exploration through the Theory of Change Approach. **Sustainability**, v. 14, n. 7: 3991, p. 1-18, 2022. DOI:10.3390/su14073991.

LAZZARINI, S. G.; PONGELUPPE, L. S.; ITO, N. C.; OLIVEIRA, F. D. M.; OVANESSOFF, A. Public capacity, plural forms of collaboration, and the performance of public initiatives: A configurational approach. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 30, n. 4, p. 579-595, 2020. DOI: 10.1093/jopart/muaa007.

MCGAHAN, A.; PONGELUPPE, L. S. There Is No Planet B: Aligning Stakeholder Interests to Preserve the Amazon Rainforest. **Management Science**, v. 69, n. 12, p. 7860-7881, 2023. DOI: 10.1287/mnsc.2023.4884.

MPBA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto Biomas da Bahia**. Salvador-BA, 2025. Disponível em: <https://biomasdabahia.mpba.mp.br/>. Acesso em: 28 maio 2025.

MOC - Movimento de Organização Comunitária. **O MOC**. Disponível em: <https://www.moc.org.br/o-moc>. Feira de Santana-BA, 2025. Acesso em: 27 maio 2025.

MORRISON, T. H. *et al.* The black box of power in polycentric environmental governance. **Global Environmental Change**, v. 57, p. 1-8, 2019. DOI:10.1016/j.gloenvcha.2019.101934.

MYERS, M. D. **Qualitative research in business and management**. 2. ed. London: Sage, 2013.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. Collective action and the evolution of social norms. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 137-158, 2000.

OSTROM, E. Beyond markets and states: Polycentric governance of complex economic systems. **The American Economic Review**, v. 100, n. 3, p. 641-672, 2010a.

OSTROM, E. Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. **Global Environmental Change**, v. 20, p. 550-557, 2010b.

OSTROM, V. **Polycentricty**. Annual meeting of the American Political Science Association, Washington, DC, 1972.

OSTROM, V.; TIEBOUT, C. M.; WARREN, R. The organization of government in metropolitan areas: a theoretical inquiry. **American Political Science Review**, v. 55, n. 4, p. 831-842, 1961. DOI:10.2307/1952530.



v. 6 n. 1 (2025): Desafios humanitários na era das mudanças climáticas: COP 30, perspectivas e desafios

POLANYI, M. **The Logic of Liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

PROJETO RENASCER CAATINGA. **Projeto Renascer Caatinga**. Salvador-BA, 2025. Disponível em: <https://www.projetorenascercaatinga.com.br/>. Acesso em: 29 maio 2025.

RAGIN, C. C. **Redesigning Social Inquiry**: Fuzzy sets and beyond. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

RANGAN, S.; SAMII, R.; VAN WASSENHOVE, L. N. Constructive Partnerships: When Alliances between Private Firms and Public Actors Can Enable Creative Strategies. **Academy of Management Review**, v. 31, n. 3, p. 738-751, 2006.

SALEHIJAM, M. The Value of Systematic Content Analysis in Legal Research. **Tilburg Law Review**, v. 23, n. 1-2, p. 34-42, 2018. DOI:10.5334/tilr.5

SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. (Eds.). **The SAGE Handbook of Social Network Analysis**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011.

STEPHAN, M.; MARSHALL, G.; MCGINNIS, M. An Introduction to Polycentricity and Governance. In: THIEL, A. *et al.* (ed.). **Governing Complexity**: Analyzing and Applying Polycentricity, p. 21-44. New York: Cambridge University Press, 2019.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Division for Sustainable Development Goals. **The 17 Goals**. New York, USA, 2024 [versão online]. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 24. sep. 2024.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. Public and private bureaucracies: A transaction cost economics perspective. **Journal of Law, Economics, and Organization**, v. 15, n. 1, p. 306-342, 1999.